

Sobre património ainda não foi tudo dito?

Adília Alarcão

Ex-Directora do Museu Monográfico das Ruínas de Conímbriga e Museu Nacional de Machado de Castro

Resumo

A recente explosão de iniciativas propatrimoniais, muitas vezes incompetentes ou orientadas por interesses egoístas, e o crescimento das indústrias do turismo de lazer e do turismo cultural têm gerado numerosos efeitos negativos no campo social e sobre a preservação do próprio património.

Através da formação de técnicos, políticos e cidadãos, mais esclarecidos no domínio patrimonial, a Escola pode desempenhar um papel único na prevenção de tais efeitos.

Palavras-chave

Património, Passado, Turismo, Mediador.

Abstract

The recent explosion of initiatives in the area of cultural heritage, often incompetent in themselves or orientated by personal interests, together with the growth in leisure and cultural tourism has given rise to numerous negative consequences in the social domain and in the preservation of heritage itself.

Through the training of technicians, politicians and citizens more enlightened in the field of heritage, the School can fulfill a unique role in the prevention of such consequences.

Key-words

Heritage, Past, Tourism, Mediator.

O título desta palestra coloca uma pergunta à qual eu responderia: penso que sim, mas nem tudo o que foi dito – e há textos notáveis, de reflexão e até de premonição – tem sido suficientemente consciencializado, discutido e assumido, seja ao nível individual ou colectivo.

Por isso se justificam iniciativas periódicas como esta que proporcionam e incentivam o pensar em grupo. Sobretudo porque uma escola é como a natureza, todos os anos se renovam.

Do que é património toda a gente tem uma ideia mais ou menos concreta, mais ou menos abrangente. Todos sabemos que a palavra tem raiz latina (*pater*) e designa algo mais ou menos valioso que se herda/lega, se compra/aliena.

Qualquer das palavras herança, legado, compra, alienação aponta para o passado. Com efeito, só se pode herdar ou legar, comprar ou vender, algo que preexiste a cada um desses actos.

Podemos, assim, tomar como ponto de partida da nossa reflexão sobre património que ele é sempre passado mais ou menos distante.

Isso explica que a atitude espontânea das pessoas (enquanto indivíduos, grupos ou nações) face ao património cultural seja, em regra, variável com a idade.

Os jovens estão naturalmente mais interessados pelo presente/futuro do que pelo passado, seja em relação à arte, à história, à arquitectura, à literatura, às pequenas coisas do quotidiano. Assim se compreende a relativa indiferença com que os testemunhos materiais do passado foram, em geral, tratados ao longo dos tempos.

Não podemos esquecer que o passado entendido e sentido como uma entidade abstracta corresponde a um conceito ainda recente – “um artefacto do presente” (Lowenthal, 1985: p. xvi).

Até à idade moderna, o passado convivía com as pessoas numa relação quase orgânica, em que os antepassados, com todo o seu legado cultural (e não apenas o genético) reviviam em cada nova geração.

Pelo contrário, as novas nações têm, como os indivíduos jovens, tendência para rejeitar o passado. Nesse aspecto, os EUA são paradigmáticos – o americano ideal tornou-se um indivíduo emancipado da história (Lewis, 1995: p. 5), atitude, anseio muitas vezes experimentado, mais recentemente, por outros povos e que uma das personagens moçambicanas de Mia Couto traduzirá num grito incedível - «só um mundo novo nós queremos: o que tenha tudo de novo e nada do mundo» (Couto, 1990: p. 165).

Contudo, se a herança do passado é muitas vezes sentida como fardo e limitação

ao presente/futuro, não é menos verdade que, simultaneamente, esse mesmo passado respalda os indivíduos e as nações, dá-lhes confiança. Em momentos difíceis funciona como âncora e certificado de identidade.

Não admira, portanto, que nos meados de Oitocentos a Europa exalte o passado como em nenhum outro tempo e lugar acontecera e o conceito de património cultural – tal como hoje o conhecemos – tenha tido então a sua origem. As profundas alterações políticas, científicas, tecnológicas e sociais, sentidas no continente europeu (e às quais aquilo a que poderemos chamar a redescoberta da África e da Ásia veio trazer novos sobressaltos) criam o clima propício à exaltação das virtudes do campo, da agricultura, da fé medieva, da *virtus* e dos cânones antigos da beleza.

A literatura, a música, a pintura ressumbram patriotismo e valores ideais. Os monumentos arquitectónicos tornam-se símbolos por excelência do passado mitificado, mas também as ruínas, a tradição oral, o costume, o folclore...

Acredita-se na inocência de tudo o que está intimamente ligado à terra, exalta-se tudo o que é primitivo e autêntico. A pátina que cobre os monumentos e as estátuas, a ruína, em suma, as marcas do tempo em qualquer objecto são apreciadas como prova de autenticidade. A incompletude, a fragmentação tornam-se, no séc. XIX, uma verdadeira virtude. Ao contrário do que sucedera desde o Renascimento, a partir de agora surge a consciência de que acrescentar qualquer parte de uma escultura mutilada é criminoso.

John Ruskin, que tanto influenciará o debate sobre os limites do restauro das antiguidades, defende que as grandes criações da humanidade têm um tempo de vida e nada devemos fazer para lhe garantir “a aridez da imortalidade”.

Contudo, nos finais do século e, sobretudo, no seguinte, o interesse pelo património acabaria por gerar uma consciência patrimonialista conservacionista, i. é., que visa a conservação dos bens culturais e a sua salvaguarda.

A visão romântica, privilegiando o efémero, é ultrapassada pela visão positivista que aposta na capacidade da ciência para dominar a matéria e prolongar a vida, tanto dos seres vivos como dos inanimados.

Salvaguardar exige conhecimento prévio do objecto de defesa e cuidado. Assim, vemos surgirem as grandes categorias patrimoniais (por sua vez subdivididas, dando lugar a diversas áreas de investigação e intervenção): património cultural material e património cultural imaterial; o primeiro, compreendendo património móvel e património imóvel, o segundo abrangendo lendas, cantares, usos e costumes, música popular, língua, etc.

O património imóvel concerne o património construído e parte das obras que estão nele integradas, nomeadamente esculturas, trabalhos de talha e pinturas (murais e

retabulares).

O património móvel inclui todos os objectos originais que constituam testemunho de uma actividade humana particular (por ex., artística, artesanal, científica, agrícola).

A preservação, o restauro, a recuperação, a reabilitação dos bens patrimoniais geram novos campos de saber especializado, quer ao nível teórico quer ao nível prático.

Paralelamente aos que tomam uma atitude puramente conservacionista, há os que desenvolvem uma atitude criativa, tomando o património como ponto de partida para o ensaio de novas linguagens e estéticas. Isto observa-se tanto no restauro como na obra nova, seja ao nível do artesão ou ao nível do artista.

Ao longo do séc. XX, a consciência patrimonialista alarga-se e não para de aprofundar-se. Deixa de ser apanágio de um grupo social para se tornar transversal a toda a sociedade, em qualquer continente, e a 2ª Guerra Mundial, responsável pela devastação massiva em muitas das principais cidades europeias, muito contribuiu para a difusão dessa consciência.

A criação da UNESCO, em 1946, seguida do aparecimento de outros sub-organismos internacionais especializados, como o ICOM e o ICOMOS, conduziram à produção de suporte teórico, ao debate de ideias, à exigência profissional e ao estabelecimento de regras de intervenção em todas as áreas patrimoniais, bem como ao incentivo à formação das associações de defesa do património e ao desenvolvimento da investigação.

A par do legado cultural, resultante da actividade humana, também a natureza é considerada um património que pode ser preservado e explorado para o bem comum ou irreversivelmente delapidado. Assim se define o património natural, compreendendo diversas categorias, objecto de legislação específica para defesa sua e do próprio homem, quando se toma consciência de que a natureza não é apenas o cenário estético em que nos movemos, mas também fonte de todos os recursos vitais.

Bens a defender, a usufruir, a explorar de mil maneiras, o património cultural e natural entra a pouco e pouco na Escola (como objecto de estudo para os mais velhos, como objecto de sensibilização para os mais novos) e invade as esferas da governação local e central, já para garantir a sua preservação, já para atrair turismo e financiamento ou, ainda, prestígio e poder.

Nos últimos 30 anos, assistiu-se em todo o mundo, a uma verdadeira explosão de iniciativas propatrimoniais que, aliadas ao desenvolvimento e difusão das novas tecnologias da comunicação, bem como ao alargamento do tempo de vida e do ócio, e à necessidade de ocupá-los, conduziram à emergência das novas indústrias do turismo de lazer e do turismo cultural.

Em ambas, o património histórico (sobretudo o património construído) ocupa um lugar de destaque. Sobre ele centram-se as atenções das entidades patrimoniais e turísticas, de privados especializados nesses sectores, de políticos e governantes, o que levará Marc Guilhaume a dizer, em 1980, que “os governos dos países ocidentais enriqueceram o seu arsenal de propaganda com um novo artifício: a política do património” (Guilhaume, 2003: p. 40).

Com tudo o que isso acarreta de bom e de mau, o património usado como mais-valia económica e política deixou de ser apanágio do Ocidente, pois a receita conquistou rapidamente todos os continentes, tornando-se um dos muitos fetiches do mundo global.

Quando não alicerçada em bases conceptuais largamente debatidas e experimentadas, a ânsia de proteger, restaurar e rendibilizar (cultural e/ou economicamente) um bem patrimonial pode conduzir aos piores resultados.

Aliás, mesmo quando patrimonialmente acertadas, muitas medidas de salvaguarda geram efeitos sociais negativos que, em última análise, se voltam contra o próprio objecto de protecção. Encontram-se exemplos concretos em muitos lugares classificados (em especial aldeias e centros históricos) que a intervenção artificializou, já porque os submeteu a normas de reabilitação e uso padronizadas, já porque conduziu à prática de preços especulativos, determinados pelo estatuto social que o prestígio (bem explorado) do “antigo” traz ao edificado novo (ou renovado). Por consequência, muitos destes lugares acabam por ser abandonados pelos seus naturais entrando em dramática agonia ou pura alienação.

Como exprimiu Françoise Choay, numa frase lapidar, “ao tornar-se histórica, a cidade perde a sua historicidade” (Choay, 1992: p. 148). Eu diria que, pelo menos, interrompe brutalmente o seu curso natural.

Os efeitos sociais de uma política patrimonialista exagerada, pouco atenta aos hábitos e anseios dos cidadãos facilmente conduz ao que Kevin Walsh chamou a “patrimonialização do espaço” e à destruição do “sentido de lugar” (Walsh, 1992: p. 145), originando os “não lugares” de que hoje tanto se fala.

Por seu turno, a globalização amplifica esta perda de identidade, porquanto é sinónimo do suceder simultâneo, da equivalência das ofertas culturais, da uniformidade dos produtos, dos gostos e das emoções, da tirania do “pronto a...”, finalmente, de um certo aborrecimento difuso que embota a sensibilidade do viajante.

Como ultrapassar esta realidade de que se tem consciência mas ainda parece estar em curva ascendente? Como contrariar a necessidade mórbida de correr atrás do desconhecido pelo desconhecido, do exótico pelo exótico?

Investir mais em conhecimento e educação, em formas criativas de comunicação e projectos de verdadeira utilidade pública, poderá ser uma resposta adequada.

Uma resposta que passa necessariamente pela Escola, a todos os níveis. Sobretudo porque dela saem os decisores políticos, os técnicos que aconselham, que preparam ou aplicam leis e programas, aqueles que concebem os projectos turísticos, os que gerem museus, os que exercem a mediação entre o património e os seus visitantes.

A todos compete assegurar que o património não se reduza a objectos e edifícios; aos mediadores, em especial, compete ajudar a descobrir os valores nele contidos.

Muitas pessoas entendem que a interpretação do património (móvel ou imóvel) dá dele uma visão sempre mais ou menos distorcida, mas todos sabemos quanto ajuda a usufruir um monumento ou um sítio ou uma colecção, se deles tivermos uma informação inteligente, motivadora.

Para tanto é indispensável que os mediadores juntem a uma boa técnica de comunicação, a força da empatia e o exemplo contagiante de quem sabe questionar e responder com paixão.

Esse é o sentido da belíssima frase de Julian Spalding, a propósito do papel mediador da instituição museológica: “Hoje os museus são dinossauros; necessitam de evoluir para pássaros” (Spalding, 2002: p. 63).

Bibliografia

- Choay, F. (1992). *L'allégorie du patrimoine*. Paris: Ed. Seuil.
- Couto, M. (1990). *Cada homem é uma raça*. Lisboa: Ed. Caminho.
- Guillaume, M. (1980). *La politique du patrimoine*. Paris: Ed. Galilée. (Trad. port. *A política do património*. Porto: Campo das Letras. 2003).
- Lewis, R. W. B. (1955). *The american adam. innocence, tradegy and tradition in the nineteenth century*. Chicago: University of Chicago Press.
- Lowenthal, D. (1985). *The past is a foreign country*. Cambridge: University Press. (Reed. 1986, 1988, 1990, 1993, 1995).
- Morris, W. (1978). *Cause for wonder*. Lincoln: University of Nebraska Press.
- Spalding, J. (2002). *The poetic museum. Reviving historic collections*. Munich/London/N. York: Prestel Verlag.
- Wash, K. (1992). *The representation of the past*. London/New York: Routledge.

Correspondência

Adília Alarcão

Rua do Castelo, 2

3230-085 Espinhal

adilia.alarcao@sapo.pt

